



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MESP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE CADASTRO - NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP

Processo: **08505.020005/2018-17**

Interessado: **LOURDES SILLO**

<b>DESPACHO Nº. 23/2018 - NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP</b>	<b>DATA:</b> 10/04/2018
<b>REFERÊNCIA:</b> NUP: 08505.020005/2018-17	
<b>ASSUNTO:</b> Declaração de Hipossuficiência em face do Auto de Infração nº 183_00286_2018	
<b>INTERESSADO:</b> LOURDES SILLO	
<b>DESTINO:</b> SETOR DE MULTAS - Para ciência do autuado	
<p>Considerando a previsão legal, <b>DEFIRO PARCIALMENTE</b> o recurso administrativo acima referenciado, mantenho <b>SUBSISTENTE</b> o Auto de Infração nº 183_00286_2018, <b>com redução do valor</b> inicial aplicado da multa de R\$ 10.000,00 ( Dez mil reais ) <b>para o valor de R\$ 100,00</b> ( Cem reais ) com base nas Declarações de Hipossuficiência apresentadas.</p> <p>Considerando que o autuado, não ter declarado a hipossuficiência no trâmite do seu processo em 02/04/2018, para se isentar do pagamento das taxas ao ter requerido Residência com base em cônjuge brasileira, ainda assim a solicitação de permanência não foi baseada em Acordo Mercosul como sugere o requerente estando, desta forma, sem o amparo das regras de isenção no Acordo previstas;</p> <p>Considerando ainda, o fato de que o mesmo permanece no País de forma irregular desde 27/09/2017, conforme histórico de viajante extraído do Sistema de Tráfego Internacional - STI WEB. A requerente simplesmente apresenta Declaração de Hipossuficiência, onde, assinala não possuir renda.</p> <p>Neste sentido, diante dos documentos que comprovam a falta de capacidade econômica declarada, conforme dispõe o art. 312, § 2º, do Decreto nº 9.199/2017 e art. 4º, da Portaria nº 2018 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 27/02/2018, aplico a redução do valor da multa aplicada para o valor mínimo de R\$ 100,00 ( Cem reais ) legalmente previsto. Por fim informo que o não pagamento da multa <u>não inviabiliza a regularização migratória da requerente.</u></p> <p><b>Lei nº 13.445/17</b></p> <p><i>Art. 108. O valor das multas tratadas neste Capítulo considerará:</i></p> <p><i>I - as hipóteses individualizadas nesta Lei;</i></p>	

*II - a condição econômica do infrator, a reincidência e a gravidade da infração;*

*III - a atualização periódica conforme estabelecido em regulamento;*

*IV - o valor mínimo individualizável de R\$ 100,00 (cem reais);*

*V - o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e o máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para infrações cometidas por pessoa física;*

*VI - o valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e o máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para infrações cometidas por pessoa jurídica, por ato infracional.*

### **Decreto nº 9199/17**

*Art. 312. Taxas e emolumentos consulares não serão cobrados pela concessão de vistos ou para a obtenção de documentos para regularização migratória aos integrantes de grupos vulneráveis e aos indivíduos em condição de hipossuficiência econômica.*

*§ 1º A condição de hipossuficiência econômica será declarada pelo solicitante, ou por seu representante legal, e avaliada pela autoridade competente.*

*§ 2º Na hipótese de dúvida quanto à condição de hipossuficiência, a autoridade competente poderá solicitar documentação complementar para fins de comprovação dessa condição.*

*§ 3º Na hipótese de falsidade da declaração de que trata o § 1º, o solicitante ficará sujeito ao pagamento de taxa ou emolumento consular correspondente e às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.*

*§ 4º Para fins de isenção de taxas e emolumentos consulares para concessão de visto, as pessoas para as quais o visto temporário para acolhida humanitária seja concedido serão consideradas pertencentes a grupos vulneráveis, nos termos estabelecidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores e do Trabalho.*

*§ 5º Para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória, os menores desacompanhados, as vítimas de tráfico de pessoas e de trabalho escravo e as pessoas beneficiadas por autorização de residência por acolhida humanitária serão consideradas pertencentes a grupos vulneráveis.*

*§ 6º A avaliação da condição de hipossuficiência para fins de processamento do pedido de visto será disciplinada pelo Ministério das Relações Exteriores, consideradas, em especial, as peculiaridades do local onde o visto for solicitado.*

*§ 7º A avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas e para pedido de obtenção de documentos de regularização migratória será disciplinada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.*

*§ 8º O disposto no caput também se aplica às multas previstas no Capítulo XV.*

### **Portaria nº 218/18 - Ministério da Justiça**

*Art. 2º São isentas as taxas previstas no art. 131 do Decreto nº 9.199, de 2017 e no art. 2º, V, da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, aos indivíduos em condição de hipossuficiência econômica.*

*Parágrafo único. A isenção mencionada no caput aplica-se ao pagamento de multas quando*

inviabilizarem a regularização migratória.

Declaro aberto prazo recursal de 10 (dez) dias, contado da data da publicação no sítio eletrônico da Polícia Federal para, caso queira, impetrar recurso dirigido à instância imediatamente superior, conforme disposto no § 8º, do artigo 309, do Decreto 9.199/2017

**ADILSON TRIGO**

Agente Administrativo da Polícia Federal

Classe Especial III – Matrícula nº 5870

Chefe em Exercício do NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/DPF/SP

Ciência da Autuação - Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2018.

Assinatura : \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **ADILSON TRIGO, Chefe de Núcleo - Substituto(a)**, em 11/04/2018, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6265183** e o código CRC **81B2ED71**.